

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E A CUT

Cláudio Perani

(Publicado originalmente nos *Cadernos do CEAS* n.º 80, jul.-ago. 1982, p. 13-21)

A partir da evolução da conjuntura política dos últimos 3-4 anos, colocam-se novos desafios para o movimento popular. A aparente facilidade - ao lado, evidentemente, de dificuldade diante da repressão etc. - que parecia existir, antes da tal de "abertura", para reconhecer o caminho a ser percorrido e conduzir uma ação unitária, veio menos pelas novas exigências de organização postas ao movimento popular pela conjuntura econômico-política e, também, pela maior visibilidade de várias tendências ideológico-partidárias presentes no movimento.

Nesta situação é necessário aprimorar a análise, sem perder a referência fundamental que continua sendo em qualquer conjuntura o dado objetivo e histórico da luta concreta das classes populares em seus diferentes níveis.

Pretendemos aqui simplesmente expor umas reflexões, necessariamente limitadas e genéricas pela complexidade do tema, a propósito da conjuntura em que se encontra o movimento popular, focalizando porém unicamente o movimento dos trabalhadores, considerado a partir das iniciativas para constituir a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o que limita ainda mais nosso trabalho.

1. SURGIMENTO DA CONCLAT

Diante da dispersão das lutas dos trabalhadores e pela exigência de debater questões como a política econômica e salarial do governo, a organização nacional dos trabalhadores, a luta pela democracia, no final dos anos 70 surgiu, a partir de alguns sindicalistas a idéia de uma Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT). É claro que não surgiu de improviso, mas foi exigência discutida em vários encontros regionais. prévios, sobretudo de trabalhadores participantes de Oposições Sindicais. Também sabemos que se trata de uma luta antiga: já o I Congresso Operário Brasileiro (1906) criou uma Confederação, que de fato começou a funcionar em 1908.

O que aqui mais nos interessa, em primeiro lugar, é constatar que o lugar econômico onde surge hoje a idéia de CONCLAT é fundamentalmente São Paulo (incluindo ABC), coração industrial do capitalismo do Brasil, sede da realização das mais altas taxas de exploração monopolista. Nesta região existe uma classe operária que, além de uma já antiga tradição de lutas, possui atualmente um grande nível de qualificação profissional, tem formação e relativamente alto nível de consciência. Diferente é a situação de outras regiões.

Em segundo lugar, diante da fraqueza do movimento dos trabalhadores para se constituir hoje numa alternativa de poder, mas também diante do entusiasmo suscitado pelas mobilizações e pelas greves, sobretudo no ABC, e que se alastraram no Brasil inteiro nos anos de 78-79, recoloca-se com grande força e urgência o problema da UNIDADE dos trabalhadores. Não é um problema novo. Podemos lembrar a história recente antes de 1964, quando - num período de mobilização - a classe trabalhadora conseguiu criar algumas entidades como o PUA (Pacto de Unidade e Ação) e o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), que não rompiam com a estrutura vertical e corporativista do sindicato, mas que de certa forma conseguiram romper com a estrutura oficial pois não eram organizações ligadas ao Ministério do Trabalho.

Hoje, no contexto das lutas populares, constatando sua dispersão e, por isso, sua relativa eficácia, coloca-se com grande frequência e unanimidade a necessidade de juntar as forças, de fazer um salto qualitativo, de politizar mais as lutas... São afirmações que expressam uma realidade objetiva, mas

também não deixam de ter um conteúdo equívoco. Veremos isso. Por enquanto, constatamos que é nesse clima que surge a CONCLAT, com o objetivo explícito de discutir os problemas fundamentais da classe trabalhadora e de unificar as lutas, já pensando numa greve geral. Não é o único caminho. Podemos lembrar que nesse período nasce também o Partido dos Trabalhadores para poder dar uma dimensão mais política às reivindicações sindicais, surge o PDT com a herança de Vargas, como também o PMDB é levado a apoiar mais as lutas reacquecidas dos trabalhadores.

Em síntese, a CONCLAT nasce num quadro político que exige um aumento do poder dos trabalhadores e dentro de um movimento de reivindicações que se manifesta sobretudo nas greves do ABC ou dos canavieiros de Pernambuco. Foi, porém, apesar de tudo inicialmente um processo de cúpula: não resultou de uma exigência generalizada das bases mas de iniciativa de alguns sindicalistas e intelectuais. Devemos lembrar que o movimento dos trabalhadores é mais amplo, complexo e diversificado do que aparece, por exemplo, em certos pólos industriais. Existem lutas que são permanentes, na cidade e no campo, que passam por dentro e por fora dos sindicatos. Existem níveis de consciência e de organização bem diferenciados a depender das diferenças de categoria, de lugar, de histórias, de lideranças etc. É bom ter presente tudo isso para poder melhor avaliar o peso da CONCLAT.

2. PROPOSTAS E RESULTADOS

A CONCLAT se realizou de 21 a 23 de agosto de 1981 na Praia Grande - S. Paulo, reunindo cerca de 5.300 trabalhadores. Foi certamente um acontecimento marcante na história da classe trabalhadora brasileira e, portanto, na história do Brasil. Houve grande participação de trabalhadores impondo suas necessidades e suas perspectivas. As resoluções aprovadas são bastante avançadas do ponto de vista do movimento sindical. Reúnem-se ao redor de 8 itens.

1. Direito do Trabalho. Reivindica-se uma nova lei geral do trabalho (Constituição - Código Nacional do Trabalho) garantindo o trabalho para todos, e estabilidade no emprego, o seguro-desemprego, o direito de greve, convenções coletivas de trabalho, salário-mínimo real unificado, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais etc.

2. Sindicalismo. É dentro dos sindicatos que devem passar as lutas dos trabalhadores. O sindicato deve ser livre e autônomo, não só em relação ao Estado, como também em relação aos partidos políticos e credos religiosos, sem deixar de ser uma entidade eminentemente política. Deve imperar dentro dele a mais ampla democracia, com uma organização de base através de delegados sindicais e de comissões de empresa, garantindo as condições mínimas de funcionamento. Quanto à contribuição sindical, o movimento sindical deve ter como meta a sua auto-sustentação. É eleita uma Comissão Nacional Pró-CUT, composta por 56 sindicalistas, 24 rurais e 32 urbanos.

3. Saúde e Previdência Social. É o item mais detalhado, denunciando a atual estrutura de saúde do país como antidemocrática e anti-popular e apresentando várias sugestões.

4. Política Salarial. Continuando a luta pelo fim da política de arrocho salarial, reivindica-se a adoção de um salário-mínimo real e unificado, o reajuste de 110% do INPC para salário mínimo, o reajuste trimestral no caminho da conquista de reajustes salariais automáticos, a extensão aos servidores públicos de todos os direitos trabalhistas, a liberdade de negociação direta do índice de produtividade, a unificação das datas base por categoria e a nível nacional, etc.

5. Política econômica. Denunciando o modelo concentrador de renda e a política atual nitidamente recessiva, a I CONCLAT vê como alternativa a mudança radical do conjunto da política econômica que deve ter entre seus objetivos a criação de empregos, a melhoria dos salários e das condições de

vida, e a justa distribuição da riqueza nacional. Em concreto, propõe-se um programa de gasto de investimentos públicos gerador de emprego, a produção de gêneros alimentícios, a reforma tributária, o congelamento dos aluguéis, o congelamento da dívida externa, a nacionalização dos bancos estrangeiros e das empresas multinacionais, etc.

6. Reforma Agrária. Exige-se a implantação da reforma agrária, considerada não como simples ocupação de espaços vazios, mas sim, conjunto de medidas que visam promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse, uso e propriedade, e sobretudo pela participação dos trabalhadores rurais. Há várias outras proposições . acerca da colonização, dos problemas da terra e da política agrária.

7. Problemas nacionais. O fim do atual regime militar é condição indispensável para se atingir a democracia no país. Propõe-se uma Assembléia Nacional Constituinte Livre e Soberana e a aprovação de um Plano de Salvação Nacional, incluindo medidas políticas e econômicas como a revogação da Lei de Segurança Nacional o congelamento da dívida externa etc.

8. Plano de lutas, com reivindicações (contra o desemprego e a carestia e pela liberdade e autonomia sindical) e calendários unitários que preparem a greve geral. Foi marcado o dia 1.º de outubro de 1981 para entrega das reivindicações ao Presidente da República, dando o prazo até dia 16 de novembro para a resposta, devendo-se avaliar naquele dia as condições de deflagração da greve geral.

É importante avaliar tal esforço de organização da classe com espírito crítico, aproveitando também da experiência desse primeiro ano de pós-CONCLAT.

A I CONCLAT foi muito participada pelos trabalhadores. Apesar disso devemos constatar seu nível de cúpula, além das palavras ou dos desejos, seu distanciamento da massa dos trabalhadores. Necessário e inevitável, talvez, mas que não pode ser negado. Deu-se mais tempo aos planos do sindicalismo e à formação da Pró-CUT, isto é, à organização enquanto tal, que por condições objetivas não poderia de fato dar respostas aos grandes problemas vividos hoje pela massa dos trabalhadores, como o desemprego e a contínua mudança das estruturas de exploração capitalista, e ajudar as diferentes formas de resistência em andamento nas várias regiões do Brasil. Isso se deva, talvez, também à presença de uma boa parte de Classe média mais radicalizada (cerca de 2.000 entre bancários, médicos, professores, engenheiros, etc.) e à atuação de vanguardas operárias que têm mais facilidade em globalizar e centralizar.

A um ano de distância não encontramos grande repercussão da iniciativa. Até a imprensa alternativa não lhe dá grande espaço, preferindo o tema “eleições”. Os próprios integrantes da Comissão Pró-CUT parecem dar prioridade aos partidos institucionais sendo que grande parte deles está em campanha eleitoral.

No 1.º de outubro houve certa mobilização com 18 capitais e 320 municípios realizando manifestações de trabalhadores, distanciados porém das massas e sem poder acumular forças para uma greve geral. A base esteve desmobilizada até para campanha salarial. O dia 12 de março, dia nacional da luta contra o pacote da Previdência, passou despercebido. Não se conseguiu recolher os 5 milhões de assinaturas contra o desemprego e o arrocho salarial. A Comissão Pró-CUT não teve muita atuação, sobretudo no sentido de acompanhar com mais eficiência as diferentes lutas e greves dos trabalhadores.

O que mais revela a fraqueza da organização é a dificuldade de agir e se estruturar a nível local e regional, que deveria ser o nível mais importante, constituindo a força do movimento.

A partir desta situação, foi proposto um adiamento da 2.^a CONCLAT, marcada para agosto deste ano, como também uma dinâmica diferente para sua continuidade. A proposta encontrou fortes reações, mas os pareceres estão divididos e, na hora em que estamos redigindo estas notas, não há uma decisão. O próprio Lula, defensor da greve geral, questionou a realização: "Nenhuma decisão da 1.^a CONCLAT foi levada diante. Para que nós vamos realizar a 2.^a?"

Para compreender tais dificuldades e resultados, várias interpretações lembram que estamos num período de desmobilização e de refluxo do movimento dos trabalhadores. É necessário, então, ampliar nossas considerações e considerar o problema do refluxo.

3. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES HOJE

3.1. O REFLUXO

No 19 de maio de 1980, uma grande passeata de 120.000 pessoas dirigiu-se para o estádio de Vila Euclides em S. Bernardo, dando novo vigor à greve em andamento. Foi o ponto alto de um movimento operário que despontou nos anos de 1978 e 79 expressando uma nova vitalidade e uma dinâmica interna que não dependia apenas da estrutura sindical. Foi também o início de uma desmobilização que parece perdurar ainda hoje. Os dados das greves revelam isso: enquanto em 1979 se contaram no Brasil todo cerca de 400 greves, no ano de 1980 o número foi reduzido a 32. Na campanha salarial de 1980 nas assembléias de S. Bernardo havia a participação de 80.000 metalúrgicos, em 1982 o número reduziu-se a 5.000. Nas eleições do sindicato, as oposições sindicais não conseguiram as vitórias desejadas. É quase unânime, também nas análises de certas esquerdas, ouvir falar em desmobilização, refluxo, "maré vazante" etc., justificando através de vários motivos mais objetivos ou mais subjetivos. Só alguns recusam o "refluxo".

Em primeiro lugar, para explicar o refluxo, é apresentada a situação de **recessão econômica**: a queda da produção, prejudica mais que outros os trabalhadores que vivem do salário. Além da inflação devem enfrentar a recessão. Aumenta o custo de vida diminui o poder aquisitivo do salário, aumentam a rotatividade e, sobretudo, o desemprego.

Segundo dados do Dieese em 1959 o tempo gasto para ganhar a ração essencial mínima era de 65hs e 6 minutos, em 1981 aumento para 149hs e 40 minutos. Mais do que o dobro! De acordo com os últimos dados divulgados pela Secretaria de Emprego e Salários do próprio Ministério do Trabalho, o mês de fevereiro encerrou-se com uma queda geral na oferta de empregos, com relação ao mesmo mês do ano passado, nas 10 principais regiões metropolitanas do país. Uma acentuada retração no setor industrial e no de construção civil foram os fatores que mais influenciaram a queda. As maiores retrações no setor industrial ocorreram em S. Paulo (-14,29%), Porto Alegre (-9,73%) e Rio de Janeiro (-9,12%). No setor de construção civil, as incidências negativas mais acentuadas foram as seguintes: Brasília (-22,2%), Rio de Janeiro (-12,55%) e Porto Alegre (-12,23%). O comércio teve uma queda menos acentuada, sendo que apenas o setor de serviços apresentou um desempenho positivo na maioria das principais capitais brasileiras.

É claro que numa situação de desemprego os trabalhadores diminuem suas possibilidades de barganha. Algumas reivindicações conquistadas no fim da década de 70 foram ignoradas nos anos de 81 e 82 como, por exemplo, o aumento de 10% acima do INPS para os que ganham até 3 salários mínimos.

Em segundo lugar, além da "repressão econômica", recrudescu e aperfeiçoou-se a **repressão política** contra o movimento dos trabalhadores. O governo interveio com leis repressivas; impediu

aos empresários de negociar; depois da greve de 1980 interveio nos Sindicatos de S. Bernardo e S. André, enquadrou vários líderes sindicais na Lei de Segurança Nacional, interveio nas cidades e no interior com o exército e a polícia, com bombas e cassetetes para quebrar a resistência dos trabalhadores.

Outros motivos são apresentados. A divisão entre as vanguardas do movimento sindical, reunidas substancialmente ao redor de duas correntes, a Unidade Sindical e Anampos, ambas procurando ter a hegemonia na organização e, por isso, correndo o risco de não favorecer as lutas concretas.

Num contexto mais amplo, deveríamos analisar também o surgimento dos partidos a partir da conjuntura política de “abertura” que inicia em 1978. O fim do AI-5, a anistia, a reforma partidária, propiciam novos espaços ao movimento dos trabalhadores. Mas há também a outra face da medalha: muitas lideranças sindicais, por exemplo, são absorvidas pela luta partidária que, na prática, pode enfraquecer a organização sindical.

3.2. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES CONTINUA ANDANDO

Tudo o que foi visto é interpretado como “refluxo” do movimento dos trabalhadores. Mas que significa tal refluxo?

Constatamos que **nas cidades os operários** não pararam nestes dois últimos anos. A revista *Isto É* no número 278 (21.04.82) falava em “Maré Vazante”; apesar disso, no número 282 tinha que reconhecer que os metalúrgicos de S. Bernardo “surpreenderam mais uma vez”.

No período de refluxo várias foram as formas de resistência, as reivindicações e as greves dos operários em vários lugares do país. Lembramos a ocupação do canteiro de obras do Pólo Petroquímico do RGS; a ocupação da Coferraz em S. André e da Ciferal (Rio) por questão de salários atrasados; contra o desemprego as greves da Cosipa (Santos) e da Brastemp (S. Bernardo); a greve da Cimental (MG) conseguindo evitar o fechamento da fábrica, dos eletricitários da CHESF (Paulo Afonso), dos metalúrgicos de Niterói, dos funcionários públicos de S. Paulo, dos professores da Bahia, Goiás e Acre... Grande importância teve a greve da FIAT em Xerém (Rio), lutando os operários contra as demissões dos companheiros. Dimensões imprevistas (54.000 grevistas) assumiram as greves da Volks, Mercedes, Ford e Scânia em S. Bernardo. Greves que não foram improvisadas, mas preparadas por uma série de pequenas paralizações. Tais greves se estenderam à região de S. José dos Campos. Existe uma luta permanente nas fábricas, introduzindo formas inéditas de resistência capazes de se adaptarem a cada conjuntura política. Muita coisa miúda, que não repercute mas que está fluindo.

Devemos reconhecer as derrotas em vários acordos salariais. Não faltam, porém, as vitórias, talvez pequenas, mas reais. Se os metalúrgicos do ABC não conseguiram os 7% de produtividade decretados pelo Tribunal, aumentaram, porém, para 5,5% contra o parecer da FIESP. Os empregados da FORD conquistaram uma representação na fábrica através da Comissão de Fábrica eleita pelos trabalhadores (21.07.81). Segundo o Dieese, são as seguintes as principais conquistas dos trabalhadores nos acordos de fevereiro e de março deste ano: estabilidade provisória para a comissão de negociação e de salários (agentes autônomos - vigilantes, S. Paulo; comerciários, Belo Horizonte); reconhecimento do Delegado Sindical jornalistas de Porto Alegre) e aumento de 5 para 10 do número de Delegados Sindicais (eletricitários S. Paulo e Rio); adicional de permanência (vigilantes, S. Paulo); gratificação de férias (Cr. 50.000, eletricitários S. Paulo e Rio; Cr. 15.000, metroviários de S. Paulo); jornada semanal de 44 horas (comerciários de Belo Horizonte); aumento do salário família (trabalhadores dos postos de gasolina de S. Paulo); adicional de 30% para as 2 primeiras horas extras e de 50% para as demais (comerciários de Belo Horizonte) etc. Também a

nível sindical, apesar de derrotas nas eleições sindicais, podemos constatar um aumento relativo de diretorias autênticas.

Tais dados referem-se principalmente ao movimento de S. Paulo, pois é o coração industrial do Brasil, mas também porque mais conhecido e divulgado. Num levantamento mais completo dever-se-iam considerar as outras regiões e, sobretudo, o **movimento rural**.

As análises do movimento dos trabalhadores muitas vezes esquecem o campo ou lembram, simplesmente, as greves dos canavieiros de Pernambuco. Cerca de 1.050 camponeses estavam presentes na 1.^a CONCLAT, trocando experiências com os companheiros da cidade e, também, constatando o distanciamento com suas lutas. A nível de campo, sobretudo envolvendo a resistência pela terra, é difícil poder falar em refluxo. Provavelmente é o contrário: assistimos a um progressivo aumento das lutas pela terra, obrigando o governo a intervir com novas e poderosas estruturas tipo GETAT. Existem as lutas mais conhecidas como a de Ronda Alta no Rio Grande do Sul ou as do Sul do Pará. Mas se estendem em todo o Brasil. No último levantamento da CPT nacional, que vai de agosto a dezembro de 1981, o Estado da Bahia alcançou o primeiro lugar nacional com 51 conflitos pela terra.

Acrescentando também as lutas dos trabalhadores nos bairros onde moram, somos obrigados a reconhecer a grande diversidade, complexidade e amplitude do movimento dos trabalhadores. Existem pontos avançados, na cidade e no campo, como também momentos em que aparece uma maior mobilização de massa e momentos em que parece retrair-se. Um trabalhador rural do Maranhão dava sua interpretação: “Tem tempo de enfrentar e tempo de respirar; tempo de apressar e tempo de acalmar”. Parece seja necessário rever certos conceitos sobre o movimento dos trabalhadores, muitas vezes, apressados, caindo facilmente num pessimismo ou num fácil otimismo que não permitem reconhecer os tempos da história. Mais que em termos de “avanço” ou “refluxo”, seria melhor pensar em termos de **ritmo**. Pode haver paradas e retrocessos mesmo, é importante porém - juntamente com os avanços - compreendê-los dentro de um quadro histórico mais amplo.

Certamente, determinadas mobilizações de massa, como as greves de 78 e 79, não reapareceram em 1981. Nesse sentido pode-se falar de “refluxo”. Mas o peso político do movimento dos trabalhadores não pode ser avaliado só por estas manifestações, comparáveis ao “tempo de enfrentar”. Há também o “tempo de respirar” que faz parte do mesmo processo: é o trabalho do dia-a-dia, o trabalho de formiga, da organização da classe dentro da fábrica, em cima de coisas específicas. Muitas vezes tal trabalho é chamado de “espontaneísta”, porque não é fruto de uma orientação político-partidária. Mas é nesse nível que se preparam as bases de um novo poder que vai se revelar na medida em que condições objetivas o permitirem. O adjetivo “espontaneísta” pode significar a incapacidade de uma análise mais política da conjuntura. Vamos considerar agora algo das vanguardas do movimento.

3.3. AS TENDÊNCIAS DO MOVIMENTO SINDICAL

Várias são as tendências presentes no movimento sindical, procurando analisar e orientar as lutas dos trabalhadores. ~ necessária e importante sua existência. A diversidade deve-se certamente à complexidade da conjuntura, aos diferentes níveis de politização, à presença da classe média, e também ao elemento subjetivo e mais idealista, que pode esconder problemas de hegemonia de grupos. Tal diversidade muitas vezes pode dificultar a ação conjunta dos trabalhadores.

Atualmente existem duas grandes correntes, **Unidade Sindical** e **Anampos**, evidentemente elas próprias reunindo posicionamentos diferentes. A primeira é geralmente formada por sindicalistas mais ligados às diretorias atuais e às esquerdas tradicionais. A segunda mais ligada às oposições

sindicais, a outros grupos de esquerda mais novos, a setores social-democratas e a grupos da pastoral popular.

A preocupação de ambas é a unificação das lutas dos trabalhadores para alcançar uma organização com sempre maior poder, dando com isso um grande peso à estrutura sindical. Unidade Sindical privilegia o nível das diretorias sindicais, correndo o risco de ser mais facilmente manipulada por pelegos ou pelo próprio Ministério do Trabalho, atrelando os trabalhadores ao ritmo da abertura; considera mais o nível de consciência da massa. Anampos privilegia o trabalho pelas bases, não sempre conseguindo coerência com tal orientação e correndo o risco de um trabalho mais de grupo.

A contradição principal não deve ser posta, como em várias ocasiões acontece, nas divergências existentes entre as duas correntes, mas na relação que ambas procuram guardar com a massa dos trabalhadores. Na medida em que as duas correntes falam de si e se definem em oposição uma a outra, podem se afastar sempre mais não somente do dia-a-dia do operário ou do camponês, mas também do poder que os trabalhadores estão construindo. Responsabilizar com excessiva facilidade diretorias pelegas pela falta de resultados na caminhada da unidade, significa dar um peso exagerado às diretorias sindicais, peso que não possuem não só enquanto pelegas, mas simplesmente enquanto diretorias na atual conjuntura sindical. Derrotas de oposições sindicais podem refletir uma falta de maior representatividade.

A polarização Unidade Sindical - Anampos, real e objetiva, não deve ser exagerada e, sobretudo, deve ser equacionada pela contínua referência ao concreto das lutas, das bases sindicais e, mais amplamente, de todos os trabalhadores.

Com estas considerações, onde se procurou relativizar um caminho fácil de organização pelo sindicato, podemos voltar ao problema da CONCLAT.

4. “SE MAOMÉ NÃO VAI À MONTANHA, A MONTANHA NÃO VAI A MAOMÉ”

A CONCLAT surgiu para debater os problemas fundamentais da classe trabalhadora e unificar as lutas. Deve ter, por isso, continuamente como ponto de referência tais problemas e tais lutas. No quadro mais amplo do movimento dos trabalhadores, a CONCLAT pode representar um instrumento importante, mas não pode ser pensada como “a solução” para a qual se devam investir prioritariamente todos os esforços.

A grande maioria dos trabalhadores não é sindicalizada, mas está resistindo, expressando de forma diferente sua organização. “As categorias não vão ao sindicato”; “o patrão é o dono do sindicato”; “o presidente nunca vai à fábrica ou à roça!”... , são frases que facilmente se escutam em vários lugares - quando não há ignorância quase absoluta do assunto.

O sindicato, num juízo global, ainda hoje está bastante esvaziado por conta de toda a sua história e de sua atuação atual. Apresenta-se muitas vezes com a mesma estrutura de poder da fábrica, decidindo do mesmo jeito que o patrão.

Em tal situação não é fácil colocar o discurso da CONCLAT. Contudo, o problema não é: “deve-se pensar em CONCLAT, em CUT?”, mas “como deve ser realizada a CUT?”. Na medida em que se colocam nela todas as expectativas, entra-se num impasse. Na medida em que é considerada como o grande caminho da unidade, pode-se apressar demasiadamente o passo, alcançando o resultado oposto. Ao contrário, na medida em que CONCLAT–CUT forem relativizadas e, efetivamente, instrumentalizadas, como um dos níveis ou tipo de trabalho, poderão encontrar o caminho de sua eficácia.

Olhando a amplitude maior do movimento dos trabalhadores, fica a grande questão do processo de unidade do movimento. É fundamental a preocupação com o avanço qualitativo das lutas, com a maior politização e organização. do movimento dos trabalhadores. Aqui de novo é saber “como”!

Alguns exemplos concretos podem ajudar. No ano de 1979, em Salvador, organizou-se o 1.º de maio centralizado e, contemporaneamente, em vários bairros de periferia onde se reuniram até 500 pessoas por lugar. Alguns afirmaram que isso era enfraquecer o movimento, era divisionismo. No ano seguinte, só ficou a concentração “unitária”. Consequência: as 500 pessoas do bairro não se deslocaram para o centro e deixaram de somar com sua participação no bairro. "Se Maomé não vai à Montanha, a Montanha não vai a Maomé". Numa cidade do Maranhão uma minoria de trabalhadores e uma maioria de estudantes festejou o 1.º de maio com um tom bem revolucionário; a maioria dos trabalhadores estava com o sindicalista pelego auxiliado pelo batalhão do Exército desfilando. Num povoado do mesmo município, o grupo da delegacia sindical convocou o Clube de Mães, a criançada com professorado à frente, a comunidade toda, mais grupo de jovens. Trabalhadores, sindicalizados e não, com uma boa parte da população, levantaram braços e acompanharam refrões da terra e da tuta dos lavradores num lugar que nasceu da luta. Aí não sobrou lugar para comemorações paralelas a 200m. da sede local do GETAT. Diferentes “jeitos” de fazer unidade e de acumular forças!

Deve ser questionada a acusação de divisionismo frequentemente apresentada para defender um projeto unitário. Muitas vezes não se trata de divisionismo das forças dos trabalhadores, mas de dinamização e ampliação do poder deles. Ao contrário, um projeto centralizado pode significar um esvaziamento e perda de uma possibilidade de crescimento; pode ser o verdadeiro divisionismo condenável.

Vimos a diversidade e complexidade do movimento dos trabalhadores. As lutas são diferentes; do operário metalúrgico ao servente da construção, do posseiro ao assalariado, do permanente ao bóia-fria ... Tais diferenças poem desafios à organização. A unidade passa necessariamente pela diversidade dos caminhos, dos instrumentos, dos espaços em que as lutas dos trabalhadores se espalham. Os esquemas do ABC não podem ser aplicados tão facilmente a outros lugares. Muito menos os esquemas do trabalho estudantil e dos setores já “radicalizados”... É uma unidade com funções de acumulação mais do que comando. A organização política, ainda hoje, deve favorecer o nível, local e regional, espaço para as bases, procurando a unidade através de uma convergência dos vários esforços, o que exige o respeito e o crescimento das experiências dentro de cada região e de cada setor, procurando a contínua troca.

Tensões, inevitáveis e benéficas, existem entre e dentro as vanguardas; olhar mais para cima, para as cúpulas ou para baixo, para as bases; para grupos ou para a massa; contar mais com a orientação político-ideológica ou com a força motriz dos interesses dos trabalhadores que se opõem ao capital; absolutizar a estrutura sindical ou favorecer outras organizações; privilegiar a disputa entre as idéias ou o caminho terra-terra de cada situação; esperar a transformação para depois de amanhã ou pensar em prazos mais longos... Um caminho para equacionar tais tensões pode ser a maior escuta das lideranças de base por parte das vanguardas intelectuais. Aqui novamente, não se trata de trazer para a organização, nem levar para os trabalhadores nosso projeto, nem CONCLAT, mas de ir ao encontro de suas necessidades e de assumir sua caminhada.

Trata-se de assumir o dado objetivo e histórico da luta concreta das classes trabalhadoras, como é vivido pela consciência das mesmas e avançando - aqui entra também a função das vanguardas - numa organização onde, os atores devem ser os trabalhadores. Nessa perspectiva vamos descobrir progressivamente as alternativas concretas.

